

# Marcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



## *Congresso* Hora de votar

A partir de terça-feira e até o fim do ano, o Congresso entra num processo de votações quase contínuas, semelhante ao que viveu no segundo trimestre do ano, tanto em intensidade como em importância. O presidente do Senado, José Sarney, porá em primeira votação, dia 17, a emenda constitucional que extingue o monopólio da Petrobrás sobre o petróleo. No dia 18, quarta-feira, os senadores deverão votar a emenda que estabelece a contribuição sobre movimentação financeira, em benefício da saúde. É possível que passe. Na Câmara, a sua aprovação é muito mais difícil, segundo avaliação do deputado Germano Rigotto, líder do Governo.

A discussão e aprovação do Orçamento deverá durar até 15 ou 20 de dezembro. Anteontem, as bancadas dos três estados do sul, coordenadas por Nelson Marchezan (PPB-RS), tomaram a dianteira sobre as demais regiões e aprovaram consensualmente três emendas, que terão prioridades sobre as demais. Isoladamente, as bancadas estaduais estão se reunindo para apresentar as dez prioridades de cada estado. Essas prioridades terão de ser decididas por 3/4 dos deputados e senadores, tendendo, portanto, a eliminar as emendas parciais, do interesse pessoal de cada congressista. A bancada de Pernambuco já escolheu as suas e, ao longo da semana, vários outros estados tomarão decisões, em acordo com os seus respectivos governadores, observa Germano Rigotto.

— Essa forma coletiva de emendar o Orçamento é um grande progresso democrático porque ele deixa de ser uma peça de ficção, transformando-se em realidade. Mais: as deliberações são públicas, transparentes e pluripartidárias. O Congresso passa a ter responsabilidades reais sobre o destino do dinheiro público, como deve ser.

Iberê Ferreira, relator do Orçamento, diz que, por ele, não haveria mais emendas individuais de parlamentares. Quando aprovadas, elas criam expectativas nos municípios que não serão concretizadas porque, na execução orçamentária, as verbas não serão liberadas pelo Executivo. Iberê prevê que terá de dar parecer contrário a quase todas as dez mil emendas individuais que examinará.

Finalmente, a novela da reforma administrativa deverá encerrar terça ou quarta-feira o capítulo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Câmara. É uma votação decisiva porque tudo o que a CCJ considerar inadmissível morre na própria comissão, não podendo ser apreciado pelo plenário.

O relator na CCJ, Prisco Viana (PPB-BA), quer garantir a estabilidade dos atuais funcionários, que considera direito adquirido. É contra a possibilidade de demissão por excesso de quadros. Pelo menos ninguém — nem Prisco, nem o PT, o PPB e parte do PMDB, que votam juntos — teve a coragem de se dizer contra a demissão de funcionários por insuficiência de desempenho. Não declararam oposição a esse artigo mas, na hora de votar, quem sabe não votam contra? A vagabundagem, a incompetência e o desrespeito ao cidadão que necessita de atendimento são tão antigos que talvez possam ser considerados direitos adquiridos.

Adquirido, igualmente, estaria o direito de funcionários ganharem mais que o presidente da República. O relator considera que legislar contra as vantagens dos marajás seria uma interferência indevida na autonomia dos poderes e das unidades da Federação. Alega que a possibilidade de reduzi-los já está na Constituição. Não aborda o fato de que, mesmo estando na Constituição, esses vencimentos existem e há até um governador, Vitor Buaiz, do Espírito Santo, ameaçado por um juiz de intervenção federal por se recusar a pagar R\$ 71 mil a um coronel aposentado da PM. Nesse ponto, aliás, o PT rompe a sua aliança com os corporativistas de direita. Afinal, Vitor Buaiz é um correligionário.

O Governo já concordou em desistir da limitação de idade para participar de concursos públicos e de reservar 20% das vagas nos concursos a quem já é funcionário. O resto vai ser decidido no voto. O ministro Bresser está confiante. Germano Rigotto acha que dá para aprovar, deixando para a comissão que examinará o mérito das propostas a decisão dos pontos polêmicos. Fernando Henrique já entrou em campanha, mas é difícil prever o resultado.